

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

MIGRAÇÃO NO OESTE PAULISTA: UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO
SUCESSÓRIO DA ELITE AGRÁRIA DE ITU (SÃO PAULO, 1790-1822)

HUGO HERNANDEZ DO NASCIMENTO

Brasília

2021

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
HUGO HERNANDEZ DO NASCIMENTO

MIGRAÇÃO NO OESTE PAULISTA: UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO
SUCESSÓRIO DA ELITE AGRÁRIA DE ITU (SÃO PAULO, 1790-1822)

Monografia apresentada ao Departamento de
História do Instituto de Ciências Humanas da
Universidade de Brasília para a obtenção do
grau de bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Virgílio Caixeta Arraes

Brasília

2021

Lista de tabelas

Tabela 1: Distribuição populacional da vila de Itu.....	p. 9
Tabela 2: Produção de açúcar na vila de Itu	p. 10

Lista de gráficos

Gráfico 1. Herdeiros masculinos localizados na vila de Itu.....	p. 23
---	-------

Lista de figuras

Figura 1: Exemplo de registro populacional da vila de Itu, 1822	p. 16
Figura 2: Exemplo de registro populacional da vila de Itu, 1796.....	p. 17
Figura 3: Exemplo de ficha de acompanhamento longitudinal de família	p. 18
Figura 4: Exemplo de genealogia de família	p. 20
Figura 5. Registro do fogo de Camillo de Campos, 1822	p. 21
Figura 6. Registro do fogo de Estanislão de Campos, 1822.....	p. 22
Figura 7. Último registro de João Pinto Ribeiro (João), 1804.....	p. 22

Resumo

Este trabalho se dispõe a examinar, em meio às estratégias de sucessão dos principais senhores de engenho da vila de Itu, Capitania de São Paulo, o processo migratório de seus herdeiros entre o final do século XVIII e o início do XIX. Utilizando-se da análise de listas nominativas da época e da genealogia paulista elaborada por Luiz Gonzaga da Silva Leme, pretendemos nos situar no debate entre matrilinearidade e patrilinearidade no tocante à preferência por aqueles que seriam os responsáveis pela manutenção do patrimônio familiar no Oeste paulista.

SUMÁRIO

1 – Introdução	p. 5
2 – Metodologia aplicada ao estudo da elite agrária ituana.....	p. 14
3 – Considerações finais.....	p. 25
4 – Referências bibliográficas.....	p. 29
Anexo I: Relação dos fogos que compuseram a amostra desta pesquisa.....	p. 26
Anexo II: Relação dos herdeiros masculinos que compuseram a amostra desta pesquisa...	p. 28

1. Introdução

Este trabalho se dispõe a examinar, em meio às estratégias de sucessão dos principais senhores de engenho da vila de Itu, Capitania de São Paulo, o processo migratório de seus herdeiros entre o final do século XVIII e o início do XIX. Utilizando-se da análise de listas nominativas da época e da genealogia paulista elaborada por Luiz Gonzaga da Silva Leme, pretendemos nos situar no debate entre matrilinearidade e patrilinearidade no tocante à preferência por aqueles que seriam os responsáveis pela manutenção do patrimônio familiar no Oeste paulista.

A segunda metade do século passado foi marcada por um notável avanço do estudo da família no período colonial, evolução relacionada à busca nos arquivos locais por documentos civis e eclesiásticos, como testamentos, inventários e livros de batismo. Originalmente explorado por sociólogos, em tal campo paulatinamente navegaram, também, historiadores-demógrafos, dentre os quais sobressaiu-se o pioneirismo de Maria Luiza Marcílio ao publicar, em 1973, *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850*.

Gilberto Freyre, pela obra *Casa-grande & senzala*, de 1933, é referência inicial naquilo que diz respeito à família colonial brasileira, tema desta pesquisa. Realizando consagrada apreciação sobre o panorama nordestino, nomeadamente dos grandes engenhos, observou o domínio da figura patriarcal junto a uma instituição extensa, que incluía o grupo consanguíneo, agregados, parentes e escravos. Diante do poder limitado da monarquia portuguesa, essa elite possuía enorme relevância no cenário social e político da região, fortalecendo-se, continuamente, pela efetivação de alianças e casamentos entre si.¹

A partir da década de 1980, aos escritos de Freyre foram adicionadas obras que mostraram um outro lado dos fogos² brasileiros naquele período, segundo o qual a figura do patriarca não era do mesmo modo crucial; revelava-se, inclusive, a existência de muitos domicílios chefiados por mulheres, como demonstrou Marcílio em sua síntese demográfica sobre a cidade de São Paulo dos séculos XVIII e XIX. Pertencentes ou não às elites locais, seja no espaço urbano paulista, seja no ambiente rural nordestino, destacava-se a maior importância

¹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Verbo, 1994.

² Neste trabalho, a palavra fogo está sendo utilizada como sinônimo de casa ou habitação. Do latim *Lār*, *Lāris*, a palavra *lar* significa, em sua origem, a parte da habitação onde se acende o fogo. No plano medieval europeu, a casa teria uma só divisão multifuncional com o fogo estabelecido ao centro, sendo este o local onde se recebiam as visitas, se comia e dormia, estrutura existente tanto no lar do camponês como naquele da burguesia.

do sobrenome para conferir ao homem estabilidade ou movimento, influenciando diretamente no seu *status* e na classificação social em uma população que pouco se referia ao indivíduo em si, como figura isolada, mas sim à família da qual fazia parte.³

No que toca particularmente ao processo sucessório na América Portuguesa, publicações do último quartel do século XX consolidaram a ocorrência de duas vertentes divergentes sobre a escolha do herdeiro a ser privilegiado. Sheila Faria⁴, Alida Metcalf⁵ e Muriel Nazzari⁶, analisando os quadros de Campos de Goitacases, Santana do Parnaíba e São Paulo, respectivamente, verificaram um padrão matrilinear de herança, no qual as filhas seriam favorecidas mediante a concessão do dote matrimonial, e assim, aos genros, caberia um papel central; Dora Isabel Paiva da Costa⁷ e Carlos de Almeida Prado Bacellar⁸, por sua vez, adotando como objeto o Oeste paulista, encontraram um modelo patrilinear, identificando uma preferência pelos filhos homens para a manutenção do patrimônio conquistado, estratégia concretizada via adiantamento da legítima à qual futuramente teriam direito.

Assumindo como referência a patrilinearidade sugerida por Bacellar em *Os senhores da terra: família e sistema sucessório de engenho do Oeste paulista, 1765-1855*, ambicionamos verificar a existência de um fluxo migratório dos herdeiros masculinos dos grandes senhores de engenho de Itu, que seria impulsionado pela indivisibilidade da propriedade destes entre sua prole. Utilizando-se da intersecção de dados como as idades médias do filho ao sair do fogo paterno e ao casar-se, o local da paróquia onde se celebravam os matrimônios na região e as informações que constituíam os cadastros de terras do século XIX, o autor defendeu a tese da concessão de capital por parte dos pais para que seus descendentes pudessem se estabelecer em outras áreas com bons solos cultiváveis, onde poderiam enriquecer e criar condições para o sustento de suas futuras famílias. Contudo, não foi realizada uma investigação nominal na qual

³ FARIA, Sheila Siqueira de Castro. História da família e demografia histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

⁴ FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

⁵ METCALF, Alida C. *Family and frontier in colonial Brazil: Santana de Parnaíba, 1580-1822*. Berkeley: University of California Press, 1992.

⁶ NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁷ COSTA, Dora Isabel Paiva da. Formação de famílias proprietárias e redistribuição de riqueza em áreas de fronteira: Campinas, São Paulo, 1795-1850. *História Econômica e História de Empresas*, vol. 7, n. 2, p.7-35, jul-dez 2004.

⁸ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório de engenho do Oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997.

se rastreasse o destino de jovens que em determinado ano constavam nas listas nominativas de sua vila, mas que não mais eram citados no ciclo seguinte.

Respeitando a hipótese do autor, mas ponderando que a mesma é passível de questionamentos, enxergamos a possibilidade de produzir um estudo para conferir a trajetória de fato desses homens que, por vezes, perto dos vinte anos de idade deixavam o lar onde haviam amadurecido. Convém mencionar que o próprio Bacellar manifestou ciência da possível lacuna que se construía em sua obra, afirmando em “Palavras do Autor”:

visto que o fenômeno migratório era recorrente, não importando a área açucareira considerada, torna-se fundamental a elaboração de novas pesquisas que consigam rastrear os percursos de deslocamento, de modo que as novas gerações possam ser convenientemente observadas em outras vilas.⁹

Para a escrita de um trabalho histórico sobre a família nos tempos coloniais, faz-se determinante a delimitação da região que será examinada. Em razão das diversas especificidades de cada Capitania, dentre elas seus diferentes ciclos de povoação, sua proximidade à Coroa ou sua relevância para as finanças do Reino, não se pode falar em um modelo existente em toda América Portuguesa partindo do resultado, por exemplo, da análise de documentos sobre os senhores de engenho de Pernambuco. Dessa forma, declaramos, desde já, que este projeto claramente está restrito ao Oeste paulista, embora isso não signifique que aproximação semelhante não possa ser executada em outros domínios.

A escolha pela vila de Itu se deve à evidência alcançada por ela ao final do século XVIII, quando passou a distinguir-se comercialmente e a auxiliar no progresso regional que tornava a se desenhar. Anteriormente, com a descoberta e exploração das minas a contar da década de 1690, a economia paulista, beneficiando-se de sua proximidade, desenvolveu-se ao voltar-se para o mercado mineiro, fornecendo mantimentos à população que para lá se deslocara¹⁰. Com a paulatina decadência da mineração, ruiu tanto aquela estreita relação de complementaridade quanto o breve protagonismo da Capitania de São Paulo, fazendo com que esta perdesse sua autonomia e fosse incorporada à do Rio de Janeiro, em 1748¹¹.

Em 1765, entretanto, chegou a São Paulo, vindo de Portugal, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, carregando consigo a ordem formal de reorganizar as forças militares locais com o objetivo de conter possíveis ataques castelhanos com origem no

⁹ *Ibidem*, p. 19.

¹⁰ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História de São Paulo Colonial*. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

¹¹ Em 1765, a Capitania de São Paulo recuperaria sua autonomia administrativa.

sul continental¹². Além de responsabilizar-se pela implementação de medidas administrativas, como a realização de censos habitacionais para que as milícias pudessem ser organizadas, o Morgado de Mateus, na qualidade de governador da Capitania (1765 – 1775), tudo fez para promover o progresso econômico por meio do incentivo à atividade agrícola¹³. Em poucas décadas, àquele espaço antes ocupado por uma população de poucos recursos cuja produção notabilizava-se pela atividade de subsistência e pelo abastecimento do mercado interno, rapidamente ganharia espaço o comércio baseado na grande lavoura voltada à exportação.

Em que pese a cana ter sido plantada em São Paulo desde a primeira metade do século XVI, quando a metrópole iniciou sua tentativa de expandir o cultivo consolidado nas ilhas do Atlântico, o artigo não obteve o rápido destaque que alcançaria ao nordeste do Brasil. Favorecidas por um solo de qualidade superior, por um regime de chuvas que bem se adequava ao seu plantio e pela maior proximidade ao continente europeu, as Capitanias da Bahia e de Pernambuco, a partir da década de 1570, tornaram-se os nossos principais centros açucareiros e passaram a concentrar as atividades financeiras mais significativas da Colônia¹⁴.

Ainda que a descoberta das minas tenha sido responsável por um intenso fluxo migratório e por uma respeitável geração de riqueza para a Coroa, o açúcar continuou a ter a liderança em nossa balança comercial por todo o período colonial – ao menos no comércio legal. Em 1760, 50% do valor total das exportações coloniais correspondiam a ele, enquanto que o ouro, no auge do comércio aurífero, respondia por 46%¹⁵. Assim, ao chegar ao Brasil em 1765, o Morgado de Mateus enxergou na expansão da agricultura a melhor maneira de estabelecer um maior número de famílias em São Paulo, planejando que estas forneceria, posteriormente, os homens necessários para a composição de um corpo militar local que a protegeria de uma invasão castelhana.

A vila de Itu, em virtude de suas condições geográficas favoráveis, logo despontou, nesse cenário, como um importante centro da lavoura canavieira paulista, contando com 25 engenhos já em 1776¹⁶. Fundada em 1610, Itu caracterizara-se por uma economia incipiente, marcada pela subsistência, praticamente até o último quartel do século XVIII, quando iniciou-

¹² MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850*. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1973.

¹³ PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

¹⁴ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

¹⁵ *Ibidem*, p. 82.

¹⁶ Maria Thereza Schorer Petrone, *op. cit.*, p. 42.

se a expansão dos plantios de cana na região¹⁷. O desenvolvimento de uma atividade agroexportadora, adotada tanto pelo Morgado de Mateus quanto por Bernardo José de Lorena, governador de São Paulo entre 1788 e 1797, fez com que surgisse nesta vila uma sociedade colonial baseada na grande fazenda, embora em menores proporções quando comparada à nordestina.

Já na década de 1790, o açúcar representaria dois terços do valor exportado pela economia paulista, sendo que Itu correspondia a 40% deste todo¹⁸. Embora São Paulo fosse um ator secundário em se tratando de exportações de açúcar, cenário no qual, em 1798, compunha apenas 5% do total, número que pode ser considerado baixo quando comparado aos 48% do Rio de Janeiro, 26% da Bahia e 21% de Pernambuco¹⁹, rapidamente se esboçava um próspero quadro agrícola para seus habitantes, que se consolidaria com o cultivo do café na primeira metade do século XIX.

Apesar de o naturalista Auguste de Saint-Hilaire descrever a Itu de 1819 como um local composto por casas de construções pequenas, baixas e de muito má aparência, além de notar como a maior parte das ruas não eram calçadas²⁰, o aumento da população escravizada e a evolução da cultura do açúcar bem indicam uma maior circulação de riqueza nas primeiras décadas do século XIX, como atestam as duas tabelas abaixo:

Tabela 1. Distribuição populacional da vila de Itu

Ano	Líves	Escravizados	Agregados	Forros	Total
1798	3.439	3.243	398	82	7.162
1809	4.333	4.647	585	0	9.565
1822	3.768	5.014	367	1	9.150

Fonte: Maços de População da vila de Itu (1798, 1809 e 1822).

¹⁷ Eni de Mesquita Samara, *op. cit.*, p. 68.

¹⁸ LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S.. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

¹⁹ *Ibidem*, p. 60.

²⁰ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Provincia de São Paulo e Resumo das viagens ao Brasil, Provincia Cisplatina e Missões do Paraguai*. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

Tabela 2. Produção de açúcar na vila de Itu

Ano	Açúcar em Arrobas	Incremento %
1798	64.809	-
1809	71.094	10%
1822	96.496	36%

Fonte: Maria Thereza Schorer Petrone, *op. cit.*, p. 44.

O incremento da população escravizada somente foi possível pela elevada lucratividade dos engenhos; o número destes, que era de apenas 25 em 1776, saltou para 113 em 1799²¹, demonstrando a atração que Itu exerceu sobre quem desejava empreender por meio do cultivo da cana e possuía algum capital para montar sua própria estrutura. A queda de produção nas colônias caribenhas francesas durante a Revolução Haitiana (1791 – 1804) fez com que a oferta mundial se reduzisse e o preço do açúcar, automaticamente, subisse, o que decerto entusiasmou os lavradores em virtude do ganho excepcional obtido durante a década de 1790²².

Para tornar ainda mais rentável uma situação que se desenhava favorável, concluiu-se, em 1791, uma obra singular para consolidar a Capitania de São Paulo como um valioso pólo exportador: a “Calçada do Lorena”²³. Em virtude das péssimas condições de transporte entre São Paulo e Santos, fez-se necessário o calçamento da descida da Serra do Mar, construção realizada durante o governo de Bernardo José de Lorena. Desse momento em diante, dia e noite as tropas fariam o percurso com maior segurança, reduzindo o desperdício de mercadorias pelo caminho e beneficiando diretamente os recém-instalados senhores do “quadrilátero do açúcar” – região entre as vilas de Sorocaba, Piracicaba, Mogi Guaçu e Jundiáí.

A combinação desses fatores fez com que em poucos anos surgisse um conjunto de famílias que se destacavam pelo volume de riqueza que passaram a acumular. Elias Antonio Paxeco, por exemplo, contava, em 1800, com 25 escravizados em suas dependências, que

²¹ Maria Thereza Schorer Petrone, *op. cit.*, p. 44.

²² Maria Beatriz Nizza da Silva, *op. cit.*, p. 158.

²³ Maria Thereza Schorer Petrone, *op. cit.*, p. 192.

produziam 310 arrobas de açúcar fino para serem comercializadas²⁴; em 1815, o maço de população local identificava, nesse mesmo fogo, 49 cativos que seriam responsáveis por 1200 arrobas anuais²⁵. Se as fazendas de Itu não se aproximavam dos grandes *plantations* nordestinos, os quais contavam, por vezes, com mais de 100 escravizados em suas lavouras, não resta dúvida sobre o patamar ao qual essas pessoas foram alçadas em uma vila onde poucos anos antes predominava a agricultura de subsistência.

Diante do regional sucesso da cultura canavieira, Carlos de Almeida Prado Bacellar, em seu já citado estudo sobre o Oeste paulista, lançou luz a um problema enfrentado pela elite agrária logo após o seu amadurecimento mercantil: como transmitir a seus herdeiros o capital que haviam obtido? Uma vez que a média de filhos entre aqueles patriarcas era de 7.3 entre 1765 e 1850²⁶, o natural fracionamento de terras seria um obstáculo à manutenção do *status* familiar; ademais, pela sua própria constituição, o caráter indivisível de um engenho tornava o cenário nebuloso, fazendo com que se procurassem alternativas matrimoniais e migratórias para que o patrimônio não se esvaísse.

Em sua obra, Bacellar defende a existência de um fluxo migratório das novas gerações para vilas como Jundiaí, Mogi-Mirim, Porto Feliz e, especialmente, Campinas. Uma vez que, de acordo com dados levantados pelo historiador, os homens pertencentes àquela elite deixariam o lar paterno aos 21.5 anos e se casariam aos 27.7²⁷, construía-se um quadro no qual os filhos varões buscariam se estabelecer financeiramente antes de contrair matrimônio, aos poucos constituindo seu pecúlio e criando, assim, condições para o sustento de sua futura unidade doméstica.

Dentre as vilas do Oeste paulista, Bacellar acredita que Itu, apesar de sua prosperidade ao início do século XIX, teria se tornado um pólo de repulsão de seus habitantes em virtude da indisponibilidade e da queda de qualidade de suas terras²⁸. Ainda na década de 1780, Vicente da Costa Taques Goes e Aranha, capitão-mor de Itu entre 1779 e 1825, informara, em ofício, que não havia espaço para novas pessoas lá se estabelecerem e que moendas e alambiques

²⁴ Maço de população, vila de Itu, 1800, parte 3. Disponível em: <http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2663>. Acesso em: 15 jan. 2021.

²⁵ Maço de população, vila de Itu, 1815, parte 5. Disponível em: <http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2708>. Acesso em: 15 jan. 2021.

²⁶ Carlos de Almeida Prado Bacellar, *op. cit.*, p. 72.

²⁷ *Ibidem*, p. 62.

²⁸ *Ibidem*, p. 107.

teriam de ser abandonados em um futuro próximo por falta de lenha, insumo fundamental para a cultura do açúcar local²⁹.

Enquanto tal situação seria crítica para pequenos lavradores, não o era, pelo menos de maneira análoga, para fazendeiros consolidados, que possuíam capital suficiente para analisar outras formas de contorná-la e simultaneamente beneficiar sua prole. De acordo com Bacellar, os herdeiros masculinos, por contarem com o conhecimento obtido pela observação dos engenhos paternos em funcionamento, poderiam deslocar-se para vilas de solo fértil em vez de permanecer trabalhando junto a uma lavoura que, aparentemente, estaria em declínio. Visando ao cumprimento desse novo empreendimento, o autor não cita a possibilidade da prática creditícia, o que não deveria ser ignorado considerando o prestígio daqueles senhores, pertencentes também, em sua maioria, ao corpo militar de Itu; para ele, o movimento migratório seria financiado pelo adiantamento da legítima à qual cada descendente teria direito ou pela venda de sua porção da propriedade a um irmão concentrador³⁰.

Seguindo aquilo declarado anteriormente, o que pretendemos, neste trabalho, é realizar uma investigação nominal do destino dos abastados filhos de Itu para verificar se eles de fato migraram para outros sítios. Para confirmar a tese de Bacellar, nosso *corpus documental* se resumirá às listas nominativas dos habitantes da vila de Itu e à genealogia de famílias paulistas compilada por Luiz Gonzaga da Silva Leme, instrumentos que, combinados, se mostram essenciais para a conclusão do nosso objetivo.

As listas nominativas, por representarem uma espécie de recenseamento da população local, revelam-se de grande utilidade para qualquer publicação que envolva uma análise social ou demográfica da Capitania. Embora a qualidade de dados fornecidos possa sofrer uma variação de acordo com o espaço, o ano ou até a dedicação de quem colheu os depoimentos, nota-se a ocorrência dos seguintes campos com maior frequência: a) nome do chefe da casa; b) situação familiar de todos os seus membros em relação ao chefe: esposa, crianças, parentes, agregados, escravos; c) sexo, estado civil, idade, cor e naturalidade dos mesmos; d) ocupação do chefe; e) produção anual; f) listagem dos escravos, com nome, sexo, idade, cor e naturalidade.³¹

A princípio, o projeto era examinar, além das ituanas, as listas que se referissem aos habitantes de Campinas, Porto Feliz, Jundiaí e Mogi Mirim, todas localizadas no Arquivo

²⁹ Maria Thereza Schorer Petrone, *op. cit.*, p. 47.

³⁰ Carlos de Almeida Prado Bacellar, *op. cit.*, p. 16.

³¹ *Ibidem*, p. 34.

Público do Estado de São Paulo (APESP); no entanto, o plano tornou-se inviável em virtude da pandemia mundial causada pelo Coronavírus (COVID-19). Para contornar essa impossibilidade, optamos por analisar exclusivamente os maços de população de Itu, únicos que poderiam ser consultados em módulo *on-line* graças ao acervo da página Casa do Pinhal (www.casadopinhal.com.br). Por consequência, em vez de identificar a nova localização de um antigo morador de Itu por meio da análise das outras quatro vilas, que exerceriam maior atração aos futuros agricultores pela fertilidade de seu solo, a nova estratégia foi definir somente se, após não mais constar no domicílio de seus pais em determinado ano, o herdeiro continuava presente em Itu, desta vez em seu próprio fogo.

No que se refere à genealogia de Luiz Gonzaga da Silva Leme, a mesma se mostra de grande valia em razão de uma especificidade presente nas listas nominativas da época: a inclusão apenas dos prenomes dos filhos de cada núcleo. Apesar de contarmos com a identificação completa de seus pais, ainda não havia padrão algum para a definição dos sobrenomes dos descendentes diretos, o que dificultaria a sua posterior localização. O costume de selecionar o prenome restringindo-se a um pequeno leque de opções, no qual se destacavam Antônio, João, José e Manoel, para o sexo masculino, e Ana (Anna), Francisca e Maria, para o feminino, tornaria muito difícil um correto rastreamento dos jovens ituanos, barreira superada por nós com o auxílio das genealogias³².

Uma vez estabelecidos os instrumentos de consulta para esta pesquisa, era necessário definir o critério de escolha que apontaria quais seriam as famílias pertencentes à alta sociedade local. Alinhados com o que bem afirmaram Ana Silvia Volpi Scott, Carlos de Almeida Prado Bacellar e Maria Silvia Casagrande Beozzo Bassanezi em *Quarenta anos de demografia histórica*³³, entendemos que a adoção de parâmetros diversos para estudos semelhantes são prejudiciais à historiografia, por não permitirem uma comparação razoável entre trabalhos distintos; dessa forma, optamos pela manutenção do que consideraram Bacellar e Dora Isabel Paiva da Costa em suas análises sobre o processo sucessório no Oeste paulista na primeira metade do século XIX, ou seja, a posse de quarenta escravizados seria o mínimo que se deveria

³² A maior incidência dos prenomes citados foi verificada por meio da consulta aos maços de população de Itu entre os anos de 1790 e 1822, que fazem parte do *corpus documental* desta pesquisa.

³³ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo; SCOTT, Ana Silvia Volpi;. Quarenta anos de demografia histórica. *Revista Brasileira de Estudos de População*. São Paulo, v. 22, n. 2, p. 339-350, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v22n2/v22n2a09.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

apresentar para fazer parte daquela elite agrária, independentemente do número de arrobas que os engenhos produzissem ao longo de um ano.

Por se tratar de um trabalho de conclusão de curso em uma graduação, achamos por bem, em virtude do menor tempo disponível, limitar o tamanho da amostra para tornar o estudo factível em um número reduzido de meses. Dessa maneira, mantivemos a escolha de somente núcleos que possuíssem quarenta ou mais escravizados em suas dependências, porém a restringimos àqueles cujo patriarca fosse membro do corpo militar³⁴ de Itu. Embora houvesse um receio inicial de que nossa decisão resultasse em um universo diminuto para análise, chegamos em um total de 30 famílias, o que, entendemos, se mostra bastante representativo, considerando que Bacellar alcançou 77 com um recorte temporal maior, de 1765 a 1855.

Por reconhecidamente ser a década de 1790 o período no qual Itu começava a enfrentar obstáculos em sua atividade agrícola, tanto pela escassez de novas terras quanto pela queda em sua qualidade³⁵, optamos por iniciar nossa avaliação neste período, visto que interessaria à elite, a partir desse momento, expandir-se a outros locais para a manutenção de sua posição econômica e social. O ano de 1822, por seu turno, foi escolhido em virtude da desorganização no que diz respeito à execução das listas nominativas no ano seguinte à Independência, prejudicando substancialmente o seu uso acadêmico.

2. Metodologia aplicada ao estudo da elite agrária ituana

O desenvolvimento empírico deste trabalho foi iniciado pela pesquisa junto às listas nominativas de Itu, visando à definição da amostra com famílias que possuíssem um mínimo de quarenta escravizados em pelo menos um dos anos de nosso recorte temporal (1790 – 1822). A primeira dificuldade enfrentada foi a impossibilidade de se visitar o sítio onde o material se encontra, o Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), fechado de acordo com as regras determinadas pelas autoridades estaduais paulistas no segundo semestre de 2020. No entanto, como informamos, nos foi possível ter acesso *on-line* aos maços de população por meio do

³⁴ Criadas no Brasil pela Ordem Régia de 30 de abril de 1758, as Companhias de Ordenanças eram compostas por tropas não pagas cuja principal missão era a defesa da Capitania onde viviam. Ainda que todos os homens dos 18 aos 60 anos fossem convocados militarmente para exercícios periódicos, seus altos escalões eram costumeiramente reservados para abastados membros da economia local, caso no qual se enquadrava a vila de Itu.

³⁵ Carlos de Almeida Prado Bacellar, *op. cit.*, p. 104.

acervo digital da Casa do Pinhal, espaço que, com seu rico material arquivístico e bibliográfico, muito pode ajudar historiadores do Brasil Colônia e Império³⁶.

Com exceção dos anos de 1795, 1800, 1811, 1819, 1820 e 1821, os demais foram analisados em sua totalidade neste primeiro passo, o que resultou na observação de aproximadamente 6.500 páginas. As listas nominativas elaboradas de 1797 em diante apresentaram um menor grau de dificuldade para esta etapa de definição amostral, uma vez que, além de dados dos parentes que compunham o núcleo, como nome, cor e idade, de modo análogo foram compilados os que se referenciavam aos escravizados. Logo, como mostra a figura 1, em um primeiro olhar já se podia perceber se determinados fogos seriam facilmente descartados em virtude do baixo número de cativos listados, e, portanto, poder-se-ia passar rapidamente para a próxima página.

³⁶ Em terras adquiridas por meio de carta de sesmaria na região dos Campos de Araraquara, a Fazenda do Pinhal foi erguida pela família Arruda Botelho por volta de 1830, quando deram início à plantação de açúcar e à criação de gado no local. Ao longo do século XIX, com o cultivo do café, acumularam riqueza suficiente para investir em outras atividades, como a Companhia da Estrada de Ferro de Rio Claro, a Casa Comissária “Arruda Botelho” e o Banco do Estado de São Paulo, entre outros, e sempre mantiveram a Fazenda do Pinhal como sua morada. Hoje, a propriedade, ainda mantida pelos descendentes dos Arruda Botelho, não só está aberta à visitação de turistas, mas também se presta a auxiliar pesquisadores com um material que perpassa o século XIX e o início do século XX - boa parte disponível para consulta digital.

Figura 1. Exemplo de registro populacional da vila de Itu, 1822

27	Joaquim de Jesus	20	
	Francisco Jorge de Almeida	21	
	Maria de Jesus	22	
	Escrvo		
	José	23	
	Manoel	24	
	Lucas	25	
	Isabel	26	
28	José Mendes de Jesus		
	Supremo	27	
	Blanca Maria	28	
	José		
	José Mendes	29	
	Thomaz a testado para a		
	Cavallaria de Almeida	30	
	José	31	
	Manoel	32	
	Maria	33	
	Thomaz	34	
	Blanca	35	
	Supremo	36	
	Escrvo		
	Antonia	37	
	Maria	38	
	Justa	39	
	Barbara	40	

Fonte: Maço de População de Itu, 1822³⁷.

Até 1796, entretanto, não era realizada a coleta detalhada de dados de escravizados, apenas o seu total era anotado na última linha do lar em questão, como se pode visualizar na figura 2. Assim, foi necessário, nesses primeiros anos, investir mais tempo para a análise de cada página, pois era preciso checar a linha final de todos os domicílios e confirmar se a

³⁷ Maço de População da vila de Itu, 1822, parte 1, página 26. Disponível em: <http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2728>. Acesso em: 18 jan. 2021.

quantidade era maior ou igual a quarenta, como nos casos abaixo de Antonio Ferraz Paxeco e do casal Bento Dias Paxeco e Dona Isabel Maria de Campos³⁸.

Figura 2. Exemplo de registro populacional da vila de Itu, 1796

Arq. N. Efectivo		Arq. N. Efectivo	
2	Stanislau de Campos brada	Valentim	10
	D.ª Antonia de Almeida	Barbosa	10
	Filhos	Maria	8
	Stanislau de Campos	Maria Anna	8
	Gregorio	Paula	8
	Tomaz		
			Scravos 20
Arq. N. Efectivo		Arq. N. Efectivo	
3	Antonio Ferraz	Bento Dias	42
	Gregorio	D.ª Isabel Maria de Campos	24
	Anna Maria	Filhos	
	Antonio	Pedro	18
	Bento	Antonio	16
	Pedro	Bento	14
	Gregorio	Pedro	11
	Anna Maria	Antonio	7
		Isabel	5
			Scravos 40

Fonte: Maço de População de Itu, 1796³⁹.

Um ponto positivo e que muito facilitou nossa missão, com exceção de pouquíssimos maços, foi o estado de conservação dos documentos verificados. Mesmo com um conhecimento paleográfico praticamente nulo, a leitura mostrou-se, ao contrário da expectativa inicial, um processo tranquilo. Contudo, apesar de ser imensurável o benefício de contar com esse rico acervo em formato digital, recomendamos cuidado com o excesso de horas minuciosamente visualizando qualquer material; no caso desta pesquisa, decidimos, após alguns dias, adotar pequenos intervalos como forma de descanso visual.

³⁸ Neste trabalho, optamos pela manutenção da grafia dos nomes utilizada nos maços de população analisados. A única exceção refere-se àqueles que constam no Anexo II, obtidos por meio da genealogia elaborada por Luiz Gonzaga da Silva Leme.

³⁹ Maço de População da vila de Itu, 1796, parte 1, página 3. Disponível em: <http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2605>. Acesso em: 18 jan. 2021.

Em virtude do aumento substancial da população escravizada nas primeiras décadas do século XIX, como mostrado na tabela 1, acreditamos que fazia sentido começar a visualizar os maços de população a partir de 1822, já que, teoricamente, um número maior de fogos possuiria uma quantidade elevada de cativos. A cada caso que atingisse o critério mínimo estabelecido, montamos fichas com suas informações usando o programa *Microsoft Excel*, e paulatinamente as alimentamos para que realizássemos um acompanhamento longitudinal, de 1790 a 1822. Para melhor ilustrar cada etapa percorrida, em vez de usarmos como exemplo sobrenomes mais explorados pela historiografia, como as famílias Almeida Prado e Góes Aranha, mostraremos o preenchimento dos dados referentes à morada liderada pelo capitão Fellippe de Campos⁴⁰ e Almeida e por Andresa Paxeca de Arruda, bem como os passos que o sucederam.

Figura 3. Exemplo de ficha de acompanhamento longitudinal de família

Fellippe de Campos e Almeida							
	1790	1796	1800	1805	1810	1815	1822
1 - Patente	Alferes	Capitão	Capitão	Capitão	Capitão	Capitão	Capitão
2 - Ocupação	-	-	Sr. Engenho	Sr. Engenho	Sr. Engenho	Sr. Engenho	Sr. Engenho
Fellippe de Campos e Almeida (Felippe, Fellipe, Lara)	23	30	34	39	45	50	57
Andresa Paxeca de Arruda (Pacheco, Pacheca)	18	28	31	37	43	48	55
Filhos							
Anna	5	11	13	-	-	-	-
Camillo (Camilo)	4	10	12	-	-	-	-
Joam (João)	2	9	11	-	-	-	-
Barbara	-	6	9	15	-	-	-
Estanislão	-	3	7	11	16	21	-
Joaquim (aleijado)	-	-	3	10	14	19	26
Antonia	-	-	1	8	12	17	24
Marianna (Mariana)	-	-	-	5	10	14	21
José	-	-	-	3	8	12	19
Total de Escravizados	9	28	38	43	37	46	53
Plantação (em Arrobas)	0	0	1.500	1.600	220	1.450	1.100

As fichas foram preenchidas utilizando-se grafia idêntica à que consta nas listas nominativas; no entanto, caso ela fosse distinta ao longo dos anos, incluíamos as demais versões entre parênteses ao lado daquela inicialmente encontrada. Enquanto Andresa Paxeca de Arruda

⁴⁰ De acordo com a genealogia de Luiz Gonzaga da Silva Leme, a família Campos descenderia do nobre belga Filippe Ban der Borg, enviado por duas vezes como embaixador ao rei da Espanha nos tempos em que os Países Baixos a ele estavam sujeitos. Após casar-se em território espanhol, passou a Portugal e lá teve três filhos, sendo que o mais novo, Filippe de Campos Banderborg, se alistaria como soldado voluntário e viria ao Brasil, local em que seria um estimado capitão reconhecido "por sua civilidade, cortesia e boa instrução".

foi o nome atribuído à esposa de Fellippe de Campos e Almeida em 1822, em outros períodos fora relacionada por Pacheco e Pacheca, como bem mostra a figura acima.

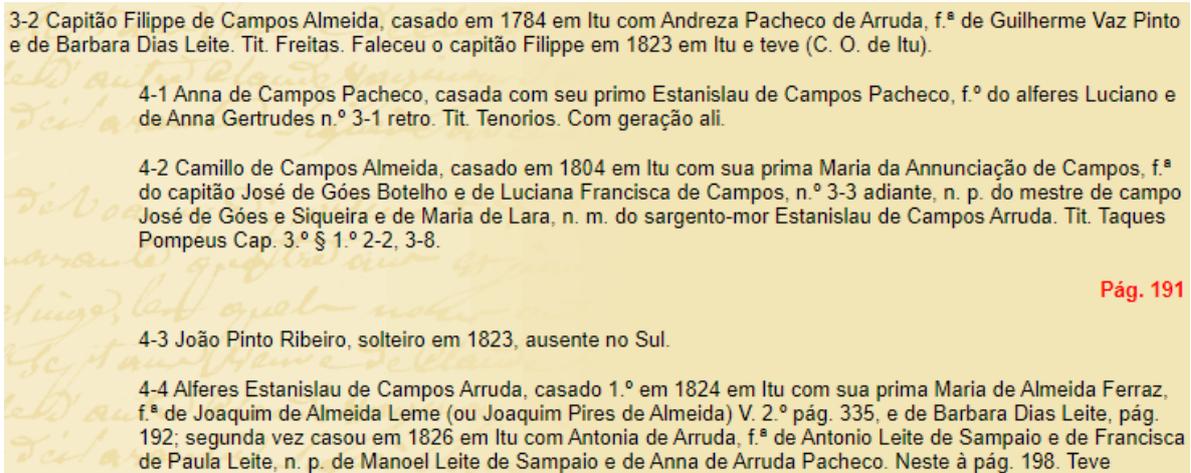
Antes de nos aprofundarmos na análise da prole, cabe mencionar a relevância das duas linhas finais de cada ficha, que se referem ao plantel de escravizados declarados e ao volume produzido pelos engenhos em questão, para estudos que se dediquem à história econômica. Valendo-se de um acompanhamento anual, seria possível verificar, por meio de ambas, a ascensão da lavoura canvieira em Itu, a produtividade das pessoas forçadas a trabalhar nesta atividade e a influência da estiagem sobre o cultivo, como parece ser o caso no ano de 1810.

No que se refere aos herdeiros de cada núcleo, ao longo das colunas visualizamos o seu amadurecimento seguindo um intervalo de aproximadamente cinco anos, o qual julgamos suficiente visto que o principal objetivo era apenas verificar quais deles haviam deixado seu lar original até 1822, e para tanto não precisávamos da data exata de sua saída. Para o exemplo que estamos utilizando, Camillo, Joam (João) e Estanislão foram os nomes selecionados para posterior busca junto à genealogia de Luiz Gonzaga da Silva Leme, de modo que pudéssemos obter suas completas identificações e, finalmente, verificássemos se mantinham-se nas listas nominativas de Itu após não mais estarem na residência de seus pais.

Mesmo que o foco desta pesquisa não seja o ciclo familiar, salta aos olhos a saída tardia dos descendentes que compõem as jovens gerações deste domicílio. Enquanto que Camillo e Joam tinham menos de 12 anos em seus últimos registros quinquenais, ou seja, não estariam sob aquele teto ao completarem 17 anos, Estanislão morava com Fellippe e Andresa aos 21 anos, em 1815. Antonia, por sua vez, aos 24, em 1822, continuava morando com seus pais, fazendo com que pensemos se, com o passar das décadas e seu enriquecimento – pelo menos no que toca ao maior número de escravizados –, os Campos e Almeida teriam alterado sua estratégia matrimonial.

Uma vez munidos dos três prenomes masculinos acima comentados, sua identificação foi permitida pelo uso do material que encontra-se disponível em formato digital na página Genealogia Paulistana (<http://www.arvore.net.br/Paulistana/index.htm>). A utilização da ferramenta “Buscar...”, através do comando Ctrl +F, nos poupou um precioso tempo, embora tenhamos enfrentado alguns percalços em razão de uma grafia que não se mostrou uniforme para todas as unidades domésticas. De qualquer forma, como indica a figura abaixo, conseguimos encontrá-los como ambicionávamos.

Figura 4. Exemplo de genealogia de família



Fonte: Genealogia Paulistana⁴¹.

Como afirmamos anteriormente, a falta de padrão na nomenclatura fez com que nenhum dos quatro primeiros filhos possuísse um idêntico sobrenome. Enquanto que Anna, Camillo e Estanislão apresentaram uma combinação dos nomes paternos, o mesmo não ocorreu para Joam, cuja identificação parece ser uma homenagem parcial a Guilherme Vaz Pinto, seu avô materno. Ademais, pela breve descrição biográfica, vale destacar a incidência do casamento consanguíneo, uma vez que três irmãos, em décadas diferentes, casaram-se com seus primos, o que pode sugerir uma maneira encontrada pelos pais para a concentração de fortunas e consequente manutenção do seu *status* social.

A partir dos nomes completos dos rapazes, passamos à fase final, que consistiu na sua localização entre às listas nominativas para que examinássemos se eles de fato haviam se mudado para outras vilas, reforçando a tese de que Itu teria se tornado um centro de repulsão ao início do século XX. Caso eles não fossem encontrados, consideraríamos, ainda que não tenhamos consultado os maços de população de outras vilas, que seu destino teria sido a migração, parcialmente validando o argumento de Bacellar.

O soldado miliciano Camillo de Campos foi formalmente registrado em 1822 como sendo branco e esposo, aos 36 anos, de Maria da Anunciaçam, de 34. O casal tinha um filho, Jose, de 5, e possuía cinco escravizados. Além de podermos comprovar a permanência de Camillo em Itu, foi possível perceber que ele mantivera um vínculo familiar, pois colheira 300 arrobas com o plantio de cana nos campos de seu pai. Essa breve anotação de quem colheu os

⁴¹ Genealogia Paulistana – Volume IV, Família Campos. Disponível em: <<http://www.arvore.net.br/Paulistana/Campos.htm>>. Acesso em: 02 fev. 2021.

dados demonstra a complexidade do quadro sucessório da elite agrária ituana, já que põe em questão tanto a teórica indivisibilidade de um engenho quanto a suposta queda na fertilidade daquelas terras; tal escrito reforça, nesse sentido, a importância de se realizarem mais pesquisas sobre a produção anual do açúcar local, de modo a detalhadamente analisar seu incremento ou declínio e suas consequências para a região.

Figura 5. Registro do fogo de Camillo de Campos, 1822

Camillo de Campos	36	Santa Cruz
D. M. da Silva	38	Engo de São João
João	3	for de açúcar
João	42	Mor 250
Emerenciana	28	Nº 50
Afonso	28	Santa mantim
João	32	pº seu garto
Marianna	39	

Fonte: Maço de População da vila de Itu, 1822⁴².

O alferes Estanislão de Campos, por sua vez, foi relacionado, também em 1822, como um homem de 28 anos branco, solteiro e de posse de quatro homens escravizados, conforme descrito na figura 6. Neste caso, a informação de que ele viveria na companhia de seus pais, embora fosse registrado em um outro fogo, nos revelou uma situação que não prevíamos ao iniciarmos este projeto, pois acreditávamos que a súbita ausência de um ente significaria sua saída do domicílio paterno ou, no pior dos casos, sua morte. Forçados a tomar uma decisão, optamos pela fidelidade ao critério previamente estabelecido, excluindo-o da amostra por residir com seus progenitores. Convém dizer, entretanto, que a posse de quatro homens indicaria que os mesmos trabalhavam na lavoura de seu pai como o faziam os escravizados de Camillo, seu irmão, podendo-se novamente questionar a indivisibilidade de um engenho levantada por Bacellar.

⁴² Maço de População da vila de Itu, 1822, parte 7, página 15. Disponível em: <http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2734>. Acesso em: 15 jan. 2021.

Figura 6. Registro do fogo de Estanislão de Campos, 1822

Nome	Idade	Relação
Alfons Estanislão de Cam	23	Pai
Manoel	31	Filho
Vicente	28	Filho
João	22	Filho
Jacob	18	Filho

02803-066

Fonte: Maço de População da vila de Itu, 1822⁴³.

Por fim, João Pinto Ribeiro não foi encontrado em lista nominativa alguma após 1804, última na qual foi relacionado como filho de Fellippe e Andresa, aos 17 anos (figura 7). Dessa forma, foi considerado em nosso trabalho como alguém que teria migrado para outra vila.

Figura 7. Último registro de João Pinto Ribeiro (João), 1804

Nome	Idade	Relação
Capitão Felipe de Campos de Almeida	39	Pai
Dona Andresa Pereira de Almeida	36	Mãe
João	17	Filho
Estanislão	8	Filho
Joaquim	8	Filho
João	2	Filho
Barbara	14	Filha
Antônia	6	Filha
Mariana	3	Filha

Fonte: Maço de População da vila de Itu, 1804⁴⁴.

A última etapa no exame das trinta famílias que compuseram nosso estudo manifestou-

⁴³ Maço de População da vila de Itu, 1822, parte 2, página 16. Disponível em: <http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2729>. Acesso em: 15 jan. 2021.

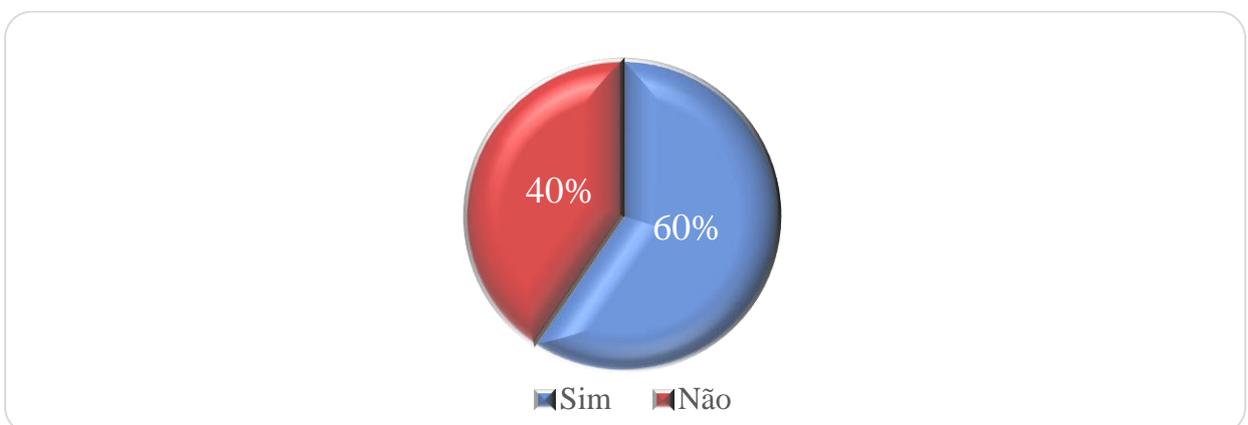
⁴⁴ Maço de População da vila de Itu, 1804, parte 3, página 38. Disponível em: <http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2554>. Acesso em: 15 jan. 2021.

se na análise de uma amostra de quarenta e dois filhos, que tiveram seus destinos pesquisados, assim como Camillo, Estanislão e João, em meio às listas nominativas de Itu. Era esperado, inicialmente, um número maior da prole masculina em questão; contudo, dentre os trinta senhores de engenho, alguns ainda eram jovens em 1822, como eram os casos de Martim de Mello Taques Góes e Aranha e Manuel de Aguirra Camargo. Seus primogênitos, Martim e João, respectivamente, não passavam dos doze anos ao final do nosso recorte temporal, portanto não seriam avaliados pois continuavam vivendo sob a proteção paterna.

Os fogos liderados por José Antônio de Oliveira e Manuel de Campos e Almeida, por sua vez, também servem de exemplos de lares que não contribuíram para o aumento de nossa amostra. O primeiro, por ter gerado apenas descendentes do sexo feminino, Anna, Maria e Mariana, não atendendo ao critério definido de buscar-se somente o futuro dos filhos varões. Quanto ao segundo, o casal composto por ele e Anna Xavier de França não gerou ente algum de acordo com os censos realizados entre 1805, primeiro no qual foram registrados já casados, e 1822.

Após checarmos os quarenta e dois prenomes iniciais que foram identificados por completo junto à genealogia de Luiz Gonzaga da Silva Leme, conseguimos localizar vinte e cinco membros que não habitavam os domicílios de seus pais mas continuavam nos maços de população de Itu, totalizando 60%. Por consequência, aqueles que não mais constavam nas listas nominativas, indicando uma provável migração, representaram 40%.

Gráfico 1. Herdeiros masculinos localizados na vila de Itu



Dentre os dezessete herdeiros não encontrados, embora os mesmos não habitassem,

aparentemente, a vila ituana, alguns deles decerto não teriam se fixado em novos espaços para estabelecer novos horizontes à cultura agrária de seus pais. Fernando Pacheco Jordão, filho de Elias Antonio Paxeco e Antonia Fausta Rodrigues, por exemplo, formou-se em Coimbra e, uma vez de volta à América Portuguesa, tornou-se desembargador⁴⁵. Caso semelhante é o de João de Almeida Prado Júnior, filho de João de Almeida Prado e Anna de Almeida, que ganhou o apelido de João Tibiriçá Piratininga quando igualmente fazia seus estudos em Coimbra ao início do século XIX⁴⁶. Já Bento Paes de Barros, filho de Antônio de Barros Penteadado e Maria Paula Maxada, conquanto tenha se casado em Sorocaba em 1819, voltou, em 1825, à vila onde nascera para suceder Vicente Taques Costa Góes e Aranha na função de capitão-mor, tornando-se, a seguir, o primeiro barão de Itu⁴⁷.

Visto que 60% dos rapazes não migraram para outras localidades, acreditamos não ser possível declarar, partindo do resultado desta pesquisa, que Itu tenha se tornado um pólo de repulsão de seus habitantes ao início do século XIX, como inferiu Bacellar. Ainda que alguns dos herdeiros tenham buscado novos campos no Oeste paulista, entendemos ser necessário enxergar tais famílias sem esquecer da riqueza que rapidamente acumularam e das oportunidades que se ofereceriam a elas, como o estudo na metrópole. Apesar de reconhecermos a importância de obras exclusivamente demográficas para a melhor compreensão das escolhas de nossos antepassados, pensamos que elas devem ser complementadas por estudos nominais, que se aprofundem no amadurecimento de cada sobrenome para que não proponhamos o que possa se mostrar, posteriormente, uma conclusão precipitada.

A morada liderada por Fellippe de Campos e Almeida e Andresa Paxeca de Arruda bem ilustra a complexidade que pode ser diagnosticada com a análise de cada quadro. Contrariando a alegação de uma indivisibilidade dos engenhos, os maços de população observados demonstraram como esse núcleo enfrentou sua realidade, permitindo a seus sucessores, ao menos em um primeiro momento, que cultivassem as terras de seus pais, possuindo, inclusive, seus próprios braços escravizados. Por fim, seu total de arrobas de açúcar e a quantia crescente de cativos não indicam o declínio da cultura canavieira, indo ao encontro daquilo que transcrevemos nas tabelas 1 e 2 desta monografia.

⁴⁵ Genealogia Paulistana – Volume IV, Título Tenórios. Disponível em: <http://www.arvore.net.br/Paulistana/Tenorios_2.htm>. Acesso em: 05 fev. 2021.

⁴⁶ Genealogia Paulistana – Volume V, Título Cunhas Gagos. Disponível em: <http://www.arvore.net.br/Paulistana/CGagos_1.htm>. Acesso em: 05 fev. 2021.

⁴⁷ Genealogia Paulistana – Volume III, Título Penteados. Disponível em: <http://www.arvore.net.br/Paulistana/Penteados_1.htm>. Acesso em: 05 fev. 2021.

3. Considerações finais

A realização deste trabalho nos permitiu mostrar que, dentro da amostra estabelecida, houve uma permanência da maior parte dos filhos varões em Itu, desfavorecendo a possibilidade de esta vila ter se tornado um pólo de repulsão ao início do século XIX. Além disso, no que se refere àqueles que não foram encontrados nos maços de população, não se pode afirmar que todos migraram em busca de melhores colheitas na Capitania de São Paulo, como demonstramos com o caso de Fernando Pacheco Jordão.

O crescimento do número de arrobas de açúcar, assim como o aumento da população escravizada, contraria a perspectiva que defende o declínio da lavoura ituana; porém, visto que houve casos de indivíduos que plantavam cana nas fazendas de seus pais, e não em novos espaços, imagina-se, de fato, que não haveria a mesma disponibilidade de terras quando se compara à segunda metade do século XVIII.

Cabe mencionar a riqueza da documentação consultada com a qual escrevemos esta dissertação e a vantagem, principalmente em um cenário pandêmico, de acessá-la por meio de uma plataforma *on-line*. Embora nosso foco fosse o estudo da vida dos mais destacados senhores de engenho, é indiscutível a qualidade das informações das listas nominativas para a execução de outras pesquisas, sejam elas voltadas à história econômica, utilizando-se, por exemplo, do volume anual produzido, sejam elas referindo-se à gente escravizada, uma vez que há inúmeros dados envolvendo os nomes dos cônjuges, suas idades e sua origem.

Em um futuro próximo, pretendemos expandir o que teve princípio nestas páginas com o desenvolvimento de um projeto de mestrado. Entretanto, em vez de nos atermos aos abastados homens que faziam parte do corpo militar de Itu, nosso objetivo será estudar todos os fogos que possuíam ao menos 40 escravizados no mesmo recorte temporal, e também analisar, dessa vez, o destino tanto da prole masculina quanto da feminina. Confiamos que, em dois anos, será possível detalharmos o desenho das redes familiares da vila ituana, e não apenas enfatizarmos, como em obras anteriores, uma posição do patriarca favorável somente a um dos gêneros de seus descendentes. Ao enxergá-lo como alguém que se valia de ambos em busca da melhor maneira de manter o *status* social de sua família, poderemos compreender sua veia estratégica, contribuindo com a historiografia ao mapear e apresentar ao leitor as possibilidades exploradas por cada membro da elite agrária para que seu patrimônio não se dissolvesse.

Anexo I. Relação dos fogos que compuseram a amostra desta pesquisa

<u>Número de Série</u>	<u>Marido</u>	<u>Esposa</u>
1	Antonio Correa Paxeco	Maria Xavier de Campos
2	Antonio de Almeida Leite	Tereza Antonia de Gois
3	Antonio de Barros	Maria Paula Maxada
4	Antonio Rodrigues Leite	Maria Umbelina
5	Bento Dias Paxeco	Isabel de Campos
6	Caetano José Portella	Anna Maria
7	Carlos Mariano de Vasconcelos e Noronha	Maria d'Anunciação Gois
8	Elias Antonio Paxeco	Antonia Fausta Rodrigues
9	Estanislao de Campos e Arruda	Antonia de Arruda
10	Fellippe de Campos e Almeida	Andresa Paxeca de Arruda
11	Felix Antonio do Prado	Mariana Alves
12	Fernando Dias Paes Leme	Escolastica Fabianna de Serqueira
13	Inacio Xavier Paes de Campos	Antonia Paes de Arruda
14	João Bicudo de Aguirra	Anna Emerenciana
15	João de Almeida Prado	Anna de Almeida / Anna Brandina
16	José Antonio de Oliveira	Anna Alves
17	José de Campos Paes	Leonor de Siqueira Paxeca
18	José de Goes Paxeco	Gertrudes
19	José Manuel da Fonseca Leite	Josefa Maria Paxeca de Goes
20	José Manuel de Mesquita	Angela Ribeira
21	Luciano Francisco Pacheco	Anna Gertrudes de Campos / Escolastica de Campos
22	Manuel de Campos e Almeida	Anna Xavier de França
23	Manoel Joaquim de Oliveira	Josefa Maria do Espírito Santo
24	Manoel Pinto Ferraz	Francisca de Paula Novaes / Anna
25	Manuel de Aguirra Camargo	Anna Alves de Oliveira

26	Manuel Paxeco Gatto	Maria Custodia Ribeira
27	Martim de Mello Taques Goes e Aranha	Anna Esmeria de Aguirra / Anna Francisca de Araujo
28	Pedro Gonçalves Meira	Anna de Campos
29	Vicente da Costa Taques Goes e Aranha	Alda Brandina Melo e Cerqueira Rego
30	Vicente do Amaral Campos	Antonia do Amaral Campos

Anexo II. Relação dos herdeiros masculinos que compuseram a amostra desta pesquisa

<u>Número de Série</u>	<u>Nome do filho</u>
1	Antonio Bonifácio de Almeida Leme
2	Antonio de Campos Pacheco
3	Antonio Ferraz de Arruda
4	Antonio Pacheco da Fonseca
5	Antonio Paes de Barros
6	Bento Dias Pacheco (filho)
7	Bento Paes de Barros
8	Bernardo Luiz Gonzaga Góes e Aranha
9	Camillo de Campos Almeida
10	Carlos José Nardy de Vasconcellos
11	Elias Antonio Pacheco
12	Elias de Almeida Prado
13	Estanislau de Campos Arruda
14	Estanislau de Campos Pacheco
15	Fernando Pacheco Jordão
16	Francisco de Almeida Prado
17	Francisco Pacheco de Campos
18	Francisco Xavier Paes de Barros
19	Ignacio Dias Ferraz
20	João de Aguirre de Camargo
21	João de Almeida Prado Junior
22	João Pinto Ribeiro
23	Joaquim Bicudo de Aguirre
24	Joaquim de Campos Arruda
25	Joaquim Floriano de Barros
26	Joaquim Manoel da Fonseca Pacheco
27	Joaquim Novaes Portella
28	José de Almeida Pacheco
29	José de Campos Pacheco
30	José Gonçalves Meira

31	José Manoel Aguirre
32	José Manoel da Fonseca
33	José Raymundo de Mello Taques
34	Lourenço de Almeida Campos
35	Lourenço de Almeida Prado
36	Luciano Francisco Pacheco
37	Manoel de Aguirre de Camargo
38	Manoel de Campos Almeida
39	Manoel Pacheco Gatto
40	Martim de Mello Taques Góes e Aranha
41	Pedro Ferraz de Arruda
42	Vicente de Campos Gurgel

Referências Bibliográficas

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório de engenho do Oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo; SCOTT, Ana Silvia Volpi;. Quarenta anos de demografia histórica. *Revista Brasileira de Estudos de População*. São Paulo, v. 22, n. 2, p. 339-350, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v22n2/v22n2a09.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

COSTA, Dora Isabel Paiva da. Formação de famílias proprietárias e redistribuição de riqueza em áreas de fronteira: Campinas, São Paulo, 1795-1850. *História Econômica e História de Empresas*, vol. 7, n. 2, p. 7-35, jul-dez 2004.

FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. História da família e demografia histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.
- LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia paulistana*. São Paulo: Duprat & comp., 1905. 9 v.
- LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S.. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850*. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1973.
- METCALF, Alida C. *Family and frontier in colonial Brazil: Santana de Parnaíba, 1580-1822*. Berkeley: University of California Press, 1992.
- NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- NOVAIS, Fernando A.. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 5. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.
- RODRIGUES, Susana Cristina Caleiro. O fogo como centro e símbolo da casa. *Revista arq.urb*, n. 15, p. 7-25, jan-abr 2016. Disponível em: <<https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/221/197>>. Acesso em: 14 mar. 2021.
- SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à Província de São Paulo e Resumos das Viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguay*. São Paulo: Martins / Edusp, 1972.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Verbo, 1994.
- _____. *História de São Paulo Colonial*. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

Declaração de autenticidade

Brasília, 08 de março de 2021

Eu, Hugo Hernandez do Nascimento, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado *Migração no Oeste paulista: um estudo sobre o processo sucessório da elite agrária de Itu, São Paulo, 1790-1822*, foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho é inédito e que nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico, nem foi publicado integralmente em qualquer idioma ou formato.